

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

A defesa das florestas deveria ser objeto de um tratado internacional que reunisse o maior número de Estados, para que elas se tornassem intocáveis. Repito: a sobrevivência da nossa espécie depende da funcionalidade desses ecossistemas. Sem florestas suficientes, não existe chance real de podermos reverter a tendência de crescimento do CO₂. O desmatamento deveria ser tratado como um crime contra a humanidade e punido como tal. Porque é disso que se trata. A proteção das florestas e sua manutenção, bem como a obrigação de manter intactos o solo, o ar e a água, deveriam fazer parte das constituições de todos os Estados, não apenas desta nossa Constituição da Nação das Plantas. Deveriam ser ensinadas nas escolas para crianças e adultos, em todos os lugares. Diretores de cinema deveriam fazer filmes, escritores deveriam escrever livros. Todos estão convocados a se mobilizar, e se vocês acham que é exagero e não veem motivo real para se levantar do sofá e defender o meio ambiente e as florestas, saibam que essa é a única emergência global real. A maioria dos problemas que afligem a humanidade hoje, mesmo que aparentemente distantes, está relacionada ao risco ambiental e consiste apenas na ponta de um *iceberg*, se não tratarmos o tema com a devida firmeza e eficiência.

Stefano Mancuso. *A nação das plantas*.
São Paulo: Ubu Editora, 2024, p. 78 (com adaptações).

Com base nas ideias veiculadas no texto CG1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Atualmente, o risco ambiental é, conforme se entende do texto, o principal efeito da maior parte dos problemas que acometem a humanidade.
- 2 Infere-se do texto que, de acordo com a opinião do autor, as pessoas deveriam se engajar na defesa do meio ambiente e das florestas e as constituições de todos os Estados deveriam prever o que já estabelece a “nossa Constituição da Nação das Plantas”.
- 3 Infere-se do texto que a proposta de considerar os desmatamentos como um crime contra a humanidade implica considerar as plantas como pessoas.
- 4 De acordo com o texto, a importância das florestas decorre de seu papel na possibilidade de retroceder a tendência de aumento de CO₂.

Acerca de mecanismos de coesão empregados no texto CG1A1, julgue os próximos itens.

- 5 Sem prejuízo do sentido e das relações coesivas estabelecidas originalmente, a expressão “mesmo que” (último período) poderia ser substituída por **contanto que**.
- 6 A expressão “desses ecossistemas” (segundo período) remete a “florestas” (primeiro período).
- 7 No trecho “A proteção das florestas e sua manutenção” (sexto período), o pronome “sua” pode referir-se a “proteção” ou a “florestas”.
- 8 No primeiro período, são expressas ações desejáveis na perspectiva do autor, mas ainda não realizadas.
- 9 No quarto período, o vocábulo “tal” retoma “desmatamento”.

Com relação a propriedades morfossintáticas do texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

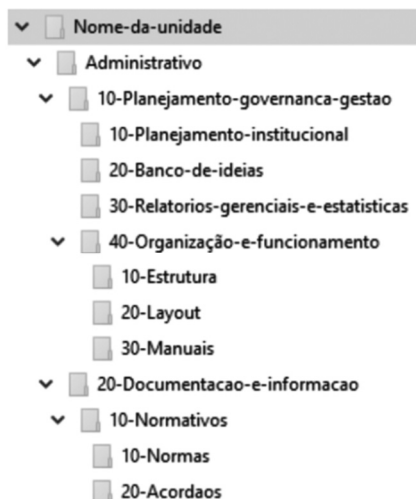
- 10 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso o pronome “se”, em “Porque é disso que se trata” (quinto período), ficasse enclítico à forma verbal “trata” — **trata-se**.
- 11 A inserção de uma vírgula imediatamente depois da forma verbal “saibam” (penúltimo período) comprometeria a correção gramatical do texto.
- 12 Em “na ponta” (último período), a substituição de “na” por **da** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 13 No último período, a substituição de “está relacionada” por **estão relacionados** manteria a correção gramatical do texto, sem necessidade de outros ajustes no período.

Julgue os próximos itens, relativos a Windows 10, Microsoft Office 365 e Google Chrome.

- 14 No Google Chrome, a ativação da opção *Economia de memória* permite que o Chrome libere memória das guias inativas, propiciando que outros aplicativos utilizem mais recursos do computador.
- 15 No Microsoft Word 365, a opção *Inserir > Indicador* é utilizada para inserir, ao longo do texto do documento em edição, indicadores que permitem construir um sumário automático, o qual pode ser atualizado quando a referência nele inserida for alterada.
- 16 Para uma estação de trabalho Windows 10 em que o Microsoft Defender esteja instalado, ativado e funcionando, não há solução *antimalware* sendo executada, uma vez que o Defender funciona como antivírus e não como *antimalware*.

Julgue os próximos itens, relativos a *cloud computing* e conceitos de organização de arquivos, pastas e programas.

- 17 Considere que o acesso ao Microsoft Office 365 se dará exclusivamente por meio de *browser* e que os documentos editados devem ser salvos na solução nativa da Microsoft na nuvem. Nessa situação, o Excel 365, que faz parte do Microsoft Office 365, constitui um exemplo de aplicação do modelo PaaS (plataforma como serviço) na *cloud computing*.

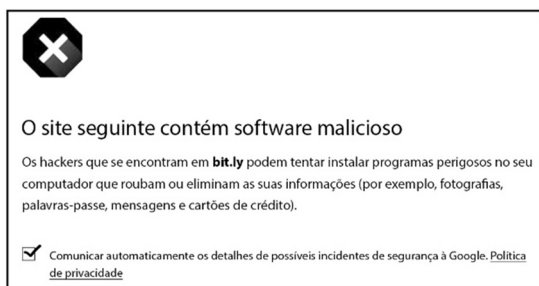


Tendo como referência a figura precedente, que ilustra uma árvore de diretórios e subdiretórios em um computador com o Windows 10 instalado, julgue o próximo item.

- 18 Se o diretório 40-Organização-e-funcionamento for movido, então, por padrão, os seus subdiretórios serão movidos juntamente com ele, mas não será movido, nessa operação, o diretório 10-Planejamento-governanca-gestao.

Julgue os itens que se seguem, relativos à segurança da informação e *backup*.

- 19 No *backup* incremental são copiados somente os dados modificados desde o último *backup*, enquanto no *backup* diferencial são copiados somente os dados recém-adicionados e alterados desde o último *backup* completo.
- 20 O alerta a seguir, apresentado ao se navegar em um sítio eletrônico, se refere a um vírus, uma vez que todo *software* malicioso é um vírus que executa ações danosas e atividades maliciosas no computador.



A respeito da política de promoção de integridade e *compliance* no âmbito da administração pública do município de Cachoeiro de Itapemirim, considerada a Lei municipal n.º 8.033/2023, julgue os itens seguintes.

- 21 A definição de risco de integridade está relacionada à vulnerabilidade institucional que pode favorecer ou facilitar práticas de corrupção e desvios éticos e de conduta.
- 22 Entre os objetivos consagrados na Política de Promoção de Integridade e *Compliance* da Administração Pública, conforme disposto no diploma legal citado, inclui-se o atendimento a requerimentos e solicitações dos órgãos reguladores de controle.
- 23 O disposto na referida lei alcança a administração direta e indireta do município de Cachoeiro de Itapemirim, incluindo, linearmente, as disposições de governança e *compliance* das sociedades de economia mista do município.

Com relação aos aspectos atinentes à ética no serviço público, observado o Decreto municipal n.º 32.820/2022, julgue os itens subsequentes.

- 24 As condutas incompatíveis com o disposto no mencionado decreto ensejam, a título de sanção, advertência, censura ou exoneração, conforme decisão da comissão de ética pública.
- 25 Como padrões éticos a serem observados pelos agentes públicos, estão previstas a integridade, a competitividade e a qualidade e eficiência dos serviços públicos.
- 26 Configura conflito de interesses a conduta do servidor do Poder Executivo municipal de Cachoeiro de Itapemirim que, no desempenho de sua função, beneficie um terceiro com o qual ele mantenha relação de sociedade.
- 27 A atualização no que se refere a novos métodos e novas técnicas é dever expresso a ser observado pelos agentes públicos do Poder Executivo municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- 28 O comportamento do servidor do Poder Executivo municipal de Cachoeiro de Itapemirim nas redes sociais é considerado para fins de observância do citado decreto, sendo-lhe vedado informar, no perfil particular nas redes sociais, a condição de servidor do município.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica do município de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os itens a seguir.

- 29 É vedada a doação ou a concessão de direito de uso dos bens imóveis dominicais do município de Cachoeiro de Itapemirim.
- 30 Se o prefeito do município de Cachoeiro de Itapemirim cometer infração penal comum, ele ficará suspenso de suas funções, após a instauração do processo pela câmara municipal.
- 31 No município de Cachoeiro de Itapemirim, a criação de autarquia, fundação pública, empresa pública e sociedade de economia mista depende de lei municipal específica.

Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Lei n.º 4.009/1994), julgue os itens que se seguem.

- 32 Servidor público do município de Cachoeiro de Itapemirim pode servir sob direção imediata de um parente que seja seu primo.
- 33 Se uma pessoa for designada para determinada função de confiança, a sua posse deverá ocorrer em até trinta dias a contar da data da designação.
- 34 Denomina-se aproveitamento o reingresso no serviço público de servidor reintegrado por decisão administrativa.
- 35 A readaptação de servidor efetivo da prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim não implicará redução nem aumento dos vencimentos.
- 36 Quando cabível, o pedido de reconsideração não interfere no curso da prescrição da pretensão punitiva da administração pública.
- 37 A licença para tratamento de saúde pode ser concedida *ex officio*, e o servidor que se recusar à inspeção médica será punido disciplinarmente.

No que se refere às disposições da Lei municipal n.º 7.756/2019, julgue os itens a seguir.

- 38** A capacitação dos servidores deve ser atividade permanente e os cursos com essa finalidade serão ministrados, direta ou indiretamente, pela administração direta do Poder Executivo municipal.
- 39** Anualmente, o secretário municipal de Administração analisará a lotação dos servidores de todas as unidades da administração direta do Poder Executivo do município de Cachoeiro de Itapemirim.
- 40** Cargo em comissão é o posto de trabalho declarado no ato normativo que o tenha criado como de livre nomeação e exoneração.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação à aplicabilidade das normas, julgue os itens que se seguem.

- 41** Os excessos ocorridos no exercício da liberdade de expressão, por ser este direito fundamental, não ensejam a aplicação de sanção.
- 42** As normas constitucionais consideradas como não autoaplicáveis possuem eficácia jurídica.

Com relação aos direitos sociais e políticos, julgue os itens a seguir.

- 43** No Brasil, o direito de sufrágio não é censitário, mas universal, de modo que todas as pessoas têm o direito e, simultaneamente, o dever de votar nas eleições periódicas.
- 44** A concretização dos direitos sociais impõe ao Estado a adoção e execução de políticas públicas.

No que concerne aos municípios, às prerrogativas parlamentares e ao Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 45** O critério central de definição da competência da justiça federal para processos não criminais é de natureza material (*ratione materiae*).
- 46** A imunidade material dos integrantes do Poder Legislativo protege-os apenas de imputações de caráter penal.
- 47** Por ocasião das eleições municipais, os municípios podem consultar a população sobre matérias locais, mediante aprovação da câmara municipal e comunicação prévia à justiça eleitoral.

No que se refere à advocacia pública, ao controle de constitucionalidade e à defesa da democracia, julgue os itens subsequentes.

- 48** As medidas constitucionais relativas ao estado de defesa e ao estado de sítio, no regime constitucional de 1988, têm caráter de temporariedade.
- 49** A concepção predominante acerca da natureza e dos efeitos da ação declaratória de constitucionalidade e da ação direta de inconstitucionalidade é a de que essas ações, em termos gerais, têm, uma em relação à outra, caráter dúplice e se equivalem.
- 50** Como órgão inserido na estrutura da administração pública, a advocacia pública deve necessariamente defender os interesses dos gestores públicos, por via judicial ou extrajudicial.

Acerca de sistemas administrativos, princípios da administração pública, atos administrativos, poderes e deveres da administração pública e formas de prestação dos serviços públicos, julgue os itens a seguir com base na legislação vigente, na doutrina majoritária e na jurisprudência do STF.

- 51** Ante o princípio da intranscendência subjetiva das sanções, as limitações jurídicas decorrentes da inscrição, em cadastros públicos de inadimplentes, de autarquias, empresas governamentais ou entidades paraestatais não podem atingir os Estados-membros, projetando, sobre estes, consequências jurídicas desfavoráveis e gravosas.
- 52** A administração pública deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- 53** No contencioso administrativo brasileiro, os litígios estão sujeitos à apreciação do Poder Judiciário devido à adoção do sistema francês no ordenamento jurídico pátrio.

- 54** São formas de abuso de poder: o excesso de poder, que ocorre quando o agente público extrapola os limites da competência que lhe foi outorgada pela lei; e o desvio de poder, que ocorre quando a competência é exercida nos estritos limites legais, mas com finalidade diversa daquela legalmente prevista.

- 55** Considera-se permissão de serviço público o ato de delegação de sua prestação, feito pelo poder concedente mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Com fundamento na legislação vigente e na jurisprudência do STF relativas às modalidades de intervenção do Estado na propriedade, à improbidade administrativa, ao processo administrativo disciplinar, aos bens públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens.

- 56** Segundo o entendimento do STF, a responsabilização de município por acidente em loja de fogos de artifício depende da comprovação da violação do dever jurídico específico do poder público de agir, mediante a concessão de licença, sem as cautelas legais ou a ciência de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

- 57** Conforme a legislação vigente, são considerados públicos os bens pertencentes à administração direta e indireta do município de Cachoeiro de Itapemirim.

- 58** É possível a requisição administrativa, pelo estado do Espírito Santo, de bens e insumos contratados pelo município de Cachoeiro de Itapemirim e destinados à execução do plano local de imunização, na hipótese de decretação de estado de emergência em saúde.

- 59** Os prefeitos municipais sujeitam-se a legislação específica acerca do seu regime de responsabilidade político-administrativa, por isso estão eximidos das normas da Lei de Improbidade Administrativa.

- 60** Em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é imprescindível a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

A respeito do Sistema Tributário Nacional e da reforma tributária, implementada por meio da Emenda Constitucional n.º 132/2023, julgue os itens seguintes.

- 61** De acordo com a reforma tributária, serão extintos o IPI, o ICMS e o ISS, pertencentes, respectivamente, à competência da União, dos estados e dos municípios.

- 62** A atenuação da regressividade da tributação ganhou *status* constitucional expresso por meio da reforma tributária.

- 63** Com a reforma tributária, foi prevista para os municípios uma nova competência tributária, que corresponde à instituição da contribuição sobre bens e serviços.

A Câmara de Vereadores do Município de Cachoeiro do Itapemirim, após levantamento da Secretaria de Fazenda no município, no qual ficou demonstrada queda na arrecadação de receitas a título de ISS, aprovou lei ordinária cuja tramitação foi iniciada por parlamentar daquela casa, com as seguintes previsões: i) aumento das alíquotas; e ii) nova hipótese de obrigação de retenção e recolhimento do ISS ao fisco pelo tomador de todo e qualquer serviço ali prestado, quando o estabelecimento prestador estiver situado em outro município.

A partir da situação hipotética precedente e considerando o disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, bem como a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

- 64** O recolhimento do ISS, por meio da retenção do tributo pelo tomador de serviços, configura modalidade de lançamento por homologação.
- 65** Ao prever hipótese de retenção pelo tomador de serviços, a lei aprovada estabeleceu nova hipótese de responsabilidade por sucessão, que deverá ser disciplinada por lei complementar.
- 66** Na parte em que promove o aumento das alíquotas de ISS, a lei aprovada pela câmara de vereadores não incorre em vício de iniciativa, em razão da matéria.

Julgue os itens a seguir, relacionados às normas de processo tributário.

- 67** A petição inicial da execução fiscal deve ser instruída com o respectivo auto de infração quando decorrente de fraude ou dolo.
- 68** As certidões de dívida ativa independem de prévio processo administrativo nos casos de lançamento de ofício.
- 69** A exceção de preexecutividade é incidente processual previsto em lei como meio de defesa formulado na própria execução fiscal.
- 70** A exclusão da espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores é efeito automático do início do procedimento fiscal.
- 71** O lançamento por homologação impede a realização de lançamento de ofício relacionado ao mesmo fato gerador no caso de inexistência do valor do pagamento antecipado pelo obrigado.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem, relativos a direito financeiro.

- 72** Uma empresa será considerada estatal dependente caso ela seja controlada pelo Estado e receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, os recursos provenientes de aumento de participação acionária.
- 73** O regime de precatórios aplica-se aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- 74** A definição sobre o exercício financeiro é matéria que deve ser veiculada por meio de lei complementar federal.
- 75** A lei de orçamentos deve compreender todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação da receita.

Tendo por base o que dispõem o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

- 76** Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- 77** Somente têm legitimidade para requerer a cessação de lesão ao direito de personalidade de pessoa morta o cônjuge, o ascendente e o descendente.
- 78** Caracteriza simulação o negócio jurídico celebrado por meio de instrumento particular antedatado.
- 79** Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é considerada uma sociedade empresária.
- 80** A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios, desde que mencionados no instrumento contratual.

Julgue os itens que se seguem, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- 81** Na hipótese de o recurso ser provido total ou parcialmente, o tribunal deverá majorar os honorários anteriormente fixados, ainda que seja mínima a alteração do resultado do julgamento.
- 82** É válida a alteração na forma de intimação das partes durante o curso do processo, dispensado o prévio aviso aos interessados.
- 83** Não é possível estender a disciplina específica da averbação premonitória aos processos de conhecimento.
- 84** O feriado local deve ser comprovado no momento da interposição do recurso, não se admitindo a comprovação posterior.
- 85** Em atenção ao princípio da sucumbência, a extinção da execução, em razão do reconhecimento da prescrição intercorrente arguida em embargos a execução opostos pelo devedor, deve resultar na condenação do exequente em honorários advocatícios.
- 86** O CPC adota a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo a qual cada ato se submete à lei vigente ao tempo de sua prática, respeitando-se aqueles já consumados nos termos da legislação anterior.
- 87** A prerrogativa de intimação pessoal aplica-se aos núcleos de prática jurídica das instituições privadas de ensino superior.

No que se refere às diretrizes nacionais para o saneamento básico, julgue os itens a seguir.

- 88** A drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas constituem-se das atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, bem como da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.
- 89** A universalização do acesso e a efetiva prestação do serviço, bem como a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, são princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico.

Com base na Lei n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, julgue os itens subsequentes.

- 90** Para a regularização do loteamento, exige-se como requisito a previsão de espaços livres de uso público proporcionais à densidade de ocupação determinada pelo governo do estado, não sendo necessária a aprovação por lei municipal.
- 91** A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social deverá contemplar, no mínimo, vias de circulação, contenção das encostas, dragagem dos rios, escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

À luz do que dispõe o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue os seguintes itens.

- 92** A criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, e a implantação de equipamentos urbanos e comunitários são algumas das razões que facultam ao poder público o exercício do direito de preempção.
- 93** São instrumentos da política urbana os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, bem como o planejamento municipal e das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Considerando o que determina a Resolução CONAMA n.º 237/1997, julgue o próximo item.

- 94** A superveniência de graves riscos ambientais e de saúde constitui circunstância que autoriza o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, a modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como a suspender ou cancelar uma licença expedida.

Julgue os itens subsequentes, acerca da validade constitucional de disposições em instrumentos de negociação coletiva do trabalho, à luz da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal.

- 95** É inconstitucional cláusula prevista em acordo coletivo de trabalho, por meio da qual se estabeleça que o tempo despendido de ida ou de retorno ao trabalho com veículo fornecido pelo empregador não enseja o pagamento de horas *in itinere*, uma vez que se trata de direito indisponível que se vincula às temáticas de salário e jornada de trabalho previstas como patamar mínimo civilizatório pela Constituição Federal de 1988, exceto se pactuada vantagem compensatória.
- 96** É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos de trabalho, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

Em relação à jornada de trabalho, julgue os itens que se seguem, conforme a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho.

- 97** Em regra, nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, desde que não resulte, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia; todavia, o retorno do servidor público (da administração direta, autárquica e fundacional) à jornada de trabalho inicialmente contratada não se insere nas referidas vedações, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- 98** Considere que José cumpra jornada de trabalho integralmente no período noturno e preste horas extras habituais que acarretam sua prorrogação para além do período noturno. Nessa situação hipotética, José faz *jus* ao pagamento do adicional noturno também em relação às horas prorrogadas.

A respeito da responsabilidade da administração pública em relação a verbas trabalhistas decorrentes de contratos de terceirização de trabalho, julgue o próximo item.

- 99** O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados da empresa contratada transfere, de forma automática, ao poder público contratante a responsabilidade pelo pagamento, em caráter subsidiário, dos referidos encargos.

Considerando a legislação e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue os itens subsecutivos, relativos ao recurso de revista no âmbito do processo judiciário do trabalho.

- 100** No caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o recurso de revista não será conhecido se a parte recorrente deixar de transcrever na peça recursal o trecho dos embargos declaratórios em que tenha sido pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que tenha rejeitado os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.
- 101** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, ou de contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, ou a súmula do TST, não se admitindo o recurso por contrariedade a orientação jurisprudencial deste tribunal.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito à fazenda pública perante a justiça do trabalho.

- 102** Na hipótese de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para fins de dispensa de formação de precatório, nos termos autorizados pelo texto constitucional, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.
- 103** Caso agravo interno seja declarado manifestamente inadmissível em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar multa ao agravado, hipótese em que constituirá ônus da parte recorrente depositar previamente a multa aplicada, à exceção da fazenda pública e do beneficiário de justiça gratuita, que ficam isentos do seu pagamento.

Considerando as normas a respeito do processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo trabalhista extrajudicial, julgue o seguinte item.

- 104** O processo de homologação de acordo extrajudicial é iniciado por petição conjunta, sendo facultada às partes sua representação por advogado, e o prazo prescricional da ação, quanto aos direitos nela especificados, é interrompido pelo protocolo da petição de homologação.

Delegacia de polícia do município X recebeu denúncia anônima de possível desvio de verbas públicas por servidores públicos municipais que estariam envolvidos em esquema de corrupção para desviar, para benefício pessoal, fundos destinados a projetos de infraestrutura.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 105** No curso do inquérito policial, os indiciados poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- 106** A autoridade policial deverá realizar diligências preliminares para averiguação da denúncia anônima, antes de instaurar o inquérito policial.
- 107** Em caso de indiciamento dos servidores públicos municipais por crime de lavagem de dinheiro, haverá o afastamento automático deles, sem prejuízo da remuneração e demais direitos previstos em lei.
- 108** A denúncia anônima é elemento suficiente para o deferimento de mandado de busca e apreensão contra os servidores citados na denúncia anônima.

Em relação ao crime tentado e ao arrependimento posterior, julgue os itens a seguir.

- 109** O índice de redução da pena pelo arrependimento posterior não tem vinculação com a maior ou menor celeridade no ressarcimento do prejuízo à vítima.
- 110** Ao se estabelecer o critério de diminuição da pena prevista para o crime tentado, deve-se levar em consideração o *iter criminis* percorrido pelo agente.

Considerando a disciplina constitucional acerca do regime geral de previdência social (RGPS) e do regime próprio de previdência social (RPPS), julgue os itens que se seguem.

- 111** É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para fins de contagem recíproca.
- 112** A Constituição Federal de 1988 prevê a aplicação subsidiária das regras do RGPS, no que couber, ao RPPS.
- 113** O agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração será filiado ao RGPS.
- 114** É permitida a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de RPPS.
- 115** É possível a criação de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.

No que diz respeito às reformas constitucionais realizadas em relação ao RPPS, julgue os itens a seguir.

- 116** O rol de benefícios dos RPPS limita-se ao salário-maternidade, às aposentadorias e à pensão por morte.
- 117** Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do RPPS ao qual o servidor se vincula.
- 118** É facultativa a instituição do regime de previdência complementar pelos municípios para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, o qual deverá ser criado por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em RPPS.
- 119** O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo.
- 120** A concessão de aposentadoria ao servidor público federal vinculado ao RPPS e a de pensão por morte aos respectivos dependentes após a vigência da Emenda Constitucional n.º 103/2019, mesmo em relação àqueles que cumpriram os requisitos para a obtenção desses benefícios, deverá observar a regra de transição estabelecida na referida emenda.

Espaço livre